

Eco 1673, 2017.2

Seminário em Economia Aplicada

O sistema monetário brasileiro: aspectos institucionais e jurídicos

Prof. Gustavo H. B. Franco

PROGRAMA

Natureza e temas. As políticas macroeconômicas não são feitas no vácuo, mas dentro de referências institucionais e legais muito definidas, que limitam e condicionam a atuação dos economistas, especialmente quando trabalhando no serviço público formulando políticas econômicas. Embora a profissão dedique alguma atenção à importância das instituições e às leis genericamente, pouco ou nada de verdadeiramente prático é ensinado sobre estes assuntos. O caso mais comum é o de economistas destituídos de capacidade para dialogar com os profissionais da área jurídica, como bem demonstra a triste experiência dos “pacotes econômicos” começando pelo Plano Cruzado. Fazer política econômica dentro de um “Estado de Direito” pressupõe que o profissional de economia possa dialogar com as leis e instituições que corporificam a Democracia, sendo esta a lacuna que este curso pretende contribuir muito modestamente para preencher. O curso adota, com grande ênfase, uma perspectiva histórica para entender a formação das instituições e o desenho de várias leis e regulamentos fundamentais para o universo de preocupações dos economistas. Na verdade, a história monetária brasileira, *vista através dos instrumentos legais que a determinaram*, permite novas percepções sobre a divergência, às vezes enorme, entre as narrativas do desenvolvimento brasileiro e as políticas públicas efetivamente praticadas, tal como vistas pelo Diário Oficial.

Aulas e apresentações. O curso consiste em aulas expositivas, colóquios e apresentações conduzidos pelos alunos. Exceto pelas duas primeiras, em todas as aulas haverá entre 1 e 3 apresentações de alunos, (de 20/30 minutos), de tal sorte a que **todos** os alunos se apresentem. *Uma apresentação vale 25% da nota final.*

Provas. O restante da nota final será dado por duas provas G1 e G2, com pesos de 25% e 50% nota final respectivamente. Ambas as provas são na modalidade “*take home*”. A G1 deverá ser disponibilizada deverá ser *disponibilizada logo depois da aula em 20 de outubro (aula #7) para ser entregue por via eletrônica até o fim do dia (meia noite)*. A G2 será disponibilizada em 15 de dezembro (aula #13, a última), para entrega em 17 de dezembro (domingo) até o fim do dia (meio noite).

As provas de edições anteriores deste curso podem ser lidas em

<http://www.gustavofranco.com.br>. Este programa, com links para as leituras, também estará neste mesmo site.

Pré-requisitos. Além dos requisitos formais (100 créditos e CR mínimo), idealmente, os alunos de economia devem ter cursado Macro A e B e Economia Brasileira 1 e 2, mas não é imprescindível. Também é importante, mas não essencial que os alunos sejam capazes de ler em inglês com desenvoltura. Não há restrições a alunos ouvintes.

Leituras. Há uma “lista mínima” de leituras obrigatórias e outra mais longa com materiais adicionais e de referência, de uso voluntário e sempre vantajoso. Há indicações de leitura específicas para as apresentações, que são essenciais para quem as fizer. Todas as leituras e aulas estão disponíveis em links, não é preciso pasta na copiadora.

ROTEIRO (de aulas, temas e apresentações)

[Aula 1. \(18.08\) – Introdução, programa.](#) Evolução de longo prazo do sistema monetário brasileiro (PPT).

Do metal para o papel

[Aula 2. \(01.09\) \[em viagem em 25.08\] – Moeda metálica e transição para a moeda fiduciária: plano geral e aspectos conceituais. O sistema de 1933.](#)

- G. H. B. Franco (2016) [A Moeda e a Lei: um ensaio sobre a história monetária do Brasil, 1933-2013. \(no prelo\) Capítulo 2](#)
- [Antonio Mendes & E. B. Nascimento. "Estudo de direito monetário: a moeda e suas funções: obrigações monetárias: estipulação e indexação de obrigações monetárias" Revista de Direito Mercantil Nova Série, XXX \(84\) Dezembro.](#)
- Legislação: [DL 23.501/33](#), [DL 857/69](#) e [compilação sobre normas sobre "moeda de pagamento"](#)

[Aula 3. \(15.09\) \[feriado 08.09\] – Nominalismo, "curso forçado" e "cláusula-ouro": do Dec 23.501/33 ao DL 857/65.](#)

APRESENTAÇÃO - Padrão ouro: anacronismo ou um direito? Monteiro Lobato (metalismo) vs Vieira Souto (papelismo)

- Monteiro Lobato "Mister Slang e o Brasil", Rio de Janeiro, Cia Editora Nacional, 1927
- [Luiz Rafael Vieira Souto "Apêndice III: Opinião que considera a quebra do padrão monetário uma improbidade do estado" em "O papel moeda e o câmbio" Paris, Imprimerie de Vaugirad, 1925.](#)

[Aula 4. \(29.09\) – Senhoriagem, natureza da moeda: assuntos não resolvidos com o papel moeda, 5 enigmas](#)

APRESENTAÇÃO - O estranho caso Alves Reis, julgamento Câmara dos Lordes: Banco de Portugal vs Waterlow, indenização por perdas e danos

- Banco Central de Portugal vs Waterlow sons. Trechos relevantes de Mann e Nussbaum.
- [Cecil Kisch, \(1932\) The Portuguese Bank Note Case: the story and solution of a financial perplexity London, Macmillan.](#)
- [F. A. Mann \(1982\) "The Legal aspect of money" Cambridge University Press, 5th ed, pp. 28-30.](#)
- [Arthur Nussbaum \(1950\) "Money in the law: national and international". Brooklyn, The Foundation Press. pp. 85-89.](#)
- G. H. B. Franco, [Prefácio \("Uma aventura desenvolvimentista"\) a "O homem que roubou Portugal", de Murray Teigh Bloom, Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2008.](#)

Câmbio: controles impossíveis, liberalização e improbidade

[Aula 5. \(06.10\) – Controles cambiais \(Dec. 23.238/33, Lei 4.131/62 e lei 4.595/65\), mercados "paralelos", liberalização cambial, conversibilidade e temas contemporâneos.](#)

- G. H. B. Franco (2016) A Moeda e a Lei: um ensaio sobre a história monetária do Brasil, 1933-2013. (no prelo) [Capítulo 4 \(liberalização\)](#).

APRESENTAÇÃO - CPMI/MPF/UNICAMP vs BCB.

- Sicsú, João (2006) "A liberalização financeira brasileira no período 1988-2002" em João Sicsú & Fernando Ferrari Filho (orgs.) Câmbio e controle de capitais: avaliando a eficiência de modelos macroeconômicos Rio de Janeiro, Elsevier.
- Antonio Mendes "Câmbio: aspectos jurídicos" em [Daniel Gleizer \(ed.\) "Aprimorando o mercado de câmbio brasileiro", Bolsa de Mercadorias e Futuros \(BM&F\), São Paulo, 4 de dezembro de 2003".](#)

- Acórdãos TCU (Min. Adylson Motta e Guilherme Palmeira), Rel. CPMI Banestado, Ação de Improbidade MPU, Inicial e Sentenças 1º. e 2º. Grau.

História do Banco Central

[Aula 6. \(20.10\) \[feriado 13.10\] – Pré-história do BCB: o projeto Niemeyer, SUMOC \(Lei 7.423/44\) e tramitação do Projeto Correa e Castro.](#)

- G. H. B. Franco (2016) A Moeda e a Lei: um ensaio sobre a história monetária do Brasil, 1933-2013. (no prelo) [Capítulo 5 \(#\)](#)

APRESENTAÇÃO – Otto Niemeyer vs. Pedro Luiz Correa e Castro. BCs do sec. XIX e do século XX.

- [Niemeyer, Otto E. \(1931\) Reorganização das Finanças Brasileiras: Relatório apresentado ao Governo Brasileiro por Sir Otto E. Niemeyer G. B. E. K. C. B. – 1931 Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda, Imprensa Nacional.](#)
- [Anteprojeto Correa e Castro.](#)

[Aula 7. \(27.10\)– Construção institucional do BCB: Lei 4.595/64 e suas fraquezas. Governança do CMN e captura.](#)

APRESENTAÇÃO - Projeto Alberto Pasqualini vc Lei 4.595/64

- [PL do Senado n. 21/1954, senador Alberto Pasqualini.](#)
- [Comentário à Lei 4.595/64 Depoimento ao CPDOC/FGV Denio Nogueira Cap. 3 "Vá criar o seu Banco Central!". BCB, FGV, 1993.](#)

Desconstrução monetária

[Aula 8. \(10.11\) \[feriado 03.11\]- Correção monetária, teoria da imprevisão e dívidas de valor, inflação inercial, desindexação. Mudança nos índices de correção e moeda de conta.](#)

- [José Luiz Bulhões Pedreira "Obrigação pecuniária – correção monetária – indexação cambial" \(parecer\) Revista de Direito Administrativo 193, julho/setembro de 1993.](#)
- [Antonio Mendes & E. B. Nascimento. "Estudo de direito monetário: a moeda e suas funções; obrigações monetárias; estipulação e indexação de obrigações monetárias" Revista de Direito Mercantil Nova Série, XXX \(84\) Dezembro.](#)

APRESENTAÇÃO – direitos adquiridos e dívidas de valor

- [Acórdão Cordeiro Guerra \(RE n. 105.137.0/RS/1985\): salário mínimo vs ORTN.](#)
- [Tullio Ascarelli "As dívidas de valor" em "Problemas das sociedades anônimas e direito comparado". Saraiva Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1945.](#)

Planos econômicos heterodoxos

[Aula 9. \(17.11\) – Plano Cruzado e suas inovações. Reforma monetária e conversões contratuais.](#)

- G. H. B. Franco (2016) A Moeda e a Lei: um ensaio sobre a história monetária do Brasil, 1933-2013. (no prelo) [Capítulo 7](#).
- Marcos Cavalcanti de Oliveira. Moeda, juros e instituições financeiras: regime jurídico. Rio de Janeiro, GEN-Forense, 2ª. Edição, 2009, cap. X “As experiências dos planos econômicos antes do Real”, pp. 219-265.
- [Compilação de leis principais dos diferentes planos heterodoxos: DL 2.284-86 \(Cruzado\), DL 2.335-87 \(Bresser\), Lei 7.730-89 \(Verão\), Lei 8.024-90 e 9.030-90 \(Collor 1\) e Leis 8.177-91 e 8.178-91 \(Collor 2\)](#)
- [Documentário sobre os planos econômicos de Roberto Stefanelli Brasil país das jabuticabas,](#)

APRESENTAÇÃO - Indenizações por danos causados pelo congelamento e manipulação de preços

- [Caso Varig- AERUS, Acórdão RE 571 969 DF](#) - Carmen Lucia vs Joaquim Barbosa.
- Conversão de alugueis (Acórdão Moreira Alves, RE 114 982 5 RS)

[Aula 10. \(24.11\) – Plano Bresser e Verão.](#)

APRESENTAÇÃO - Julgamento da Tablita (RE 141 190 2 SP): votos Ilimar Galvão, Celso Mello e Mauricio Correa.

- [Arnoldo Wald “Da Constitucionalidade da Tablita” cap. 4 de O Novo Direito Monetário: os planos econômicos, os contratos o FGTS e a Justiça](#) São Paulo: Malheiros Editores, 1996.
- [Acórdão Tablita RE 141 190 2 SP. Ilimar Galvão, Celso Mello e Mauricio Correa.](#)

[Aula 11. \(01.12\) – Plano Collor, reforma monetária e confisco.](#) Constitucionalidade.

APRESENTAÇÃO - Cid Heráclito vs. Ives Gandra (houve inconstitucionalidade?)

- [Cid Heráclito “O Plano Collor, a Constituição e a Lei” em Clovis de Faro \(ed\) O Plano Collor: avaliações e perspectivas](#) Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1990.
- [Ives Gandra da Silva Martins “Aspectos jurídicos do Plano Brasil Novo” em Clovis de Faro \(org.\) O Plano Collor: avaliações e perspectivas](#) Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1990.

Plano Real

[Aula 12. \(08.12\) \(CdG\) – Plano Real – URV, arquitetura jurídica básica, conversões contratuais, lei 8.880/94. Dolarização “sintética”, sistemas bi-monetários.](#)

- G. H. B. Franco (2016) A Moeda e a Lei: um ensaio sobre a história monetária do Brasil, 1933-2013. (no prelo) [Capítulo 8, seção 8.3](#)

APRESENTAÇÃO - Saulo Ramos vs Tadeu de Chiara sobre a URV como “feto de moeda”

- [Saulo Ramos “Planos, Contraplanos e o Planalto” O Estado de São Paulo 03/03/1994](#)
- [José Tadeu De Chiara “Palpitaría” 05/03/1994](#) (resposta não publicada).

Aula 13. (15.12) – Plano Real – Lei 9.069, instituições e “fundamentos”.

- G. H. B. Franco (2016) A Moeda e a Lei: um ensaio sobre a história monetária do Brasil, 1933-2013. (no prelo) [Capítulo 8, seção 8.4](#)
- [Camila Duran “A moldura jurídica da política monetária: um estudo do BACEN, do BCE e do FED”](#). São Paulo, Editora Saraiva, FGV-Direito.

APRESENTAÇÃO - Art. 38 e o cálculo da inflação: Simonsen (Andima) & Reale vs Sturzeneger & BCB.

- [Luiz Carlos Sturzeneger. “A constitucionalidade do art. 38 da Lei 8.880/94” Revista de Direito Administrativo 198, outubro/dezembro de 1994.](#)
- Miguel Reale Jr. “As consequências gravosas do Artigo 36” (parecer) em 4 partes, [1](#), [2](#), [3](#) e [4](#),
- [Mario Henrique Simonsen & Augusto Jeferson Lemos "O expurgo do resíduo inflacionário" Parecer, 20/06/1994.](#)
- André Custódio Nekatschalow. “Lei 8.880/94, Art. 38 – Correção Monetária - Preços em URV e em Real – Inexistência de ofensa ao Direito Adquirido e ao Ato Jurídico Perfeito – Legitimidade – Ordem denegada” (sentença: Banco Garantia vs. Banco Central do Brasil). Em 3 partes: [1](#), [2](#) e [3](#).
- Artigos de jornal importantes (debates): [A. Wald & Ives Gandra "O real expurgo do Real" O Globo 30/05/1994](#); [Ives Gandra "O expurgo de sempre"](#), [Edmar Bacha "O indexador cerveja"](#) e [Geraldo C. Vidigal "ganhos e prejuízos" todos em Folha de São Paulo 28/05/1994.](#)

LISTA ADICIONAL (referências)

1.1. A construção institucional da moeda fiduciária: (1) perspectiva histórica e a construção do imaginário, experiências com o padrão-ouro, e a migração. O curso forçado, os controles cambiais e a usura. O novo ordenamento monetário brasileiro fixado em 1933: DL 23.501/33 e DL 857/69. O dinheiro como criatura da lei

- G. H. B. Franco. [“Posfácio: Fausto e a tragédia do desenvolvimento brasileiro”](#) em H. C. Binswanger. Dinheiro e magia: uma crítica da economia moderna à luz do Fausto de Goethe. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores, 2010.

- F. A. Mann. The Legal Aspect of Money with special reference to Comparative Private and Public International Law. Oxford, Clarendon Press, 5th. Edition, 1992. [Cap 1 “The concept of money”](#) e [Cap 2 “The monetary system, its organization and incidents”](#).

- Arthur Nussbaum Money in the Law, national and international – a study in the borderline of law and economics. New York: The Foundation Press, 1950. [Section 1 “The concept of money”](#) (#), [Section 4 “Legal Tender”](#), [Section 6 “Paper money”](#).

- Legislação: [DL 23.501/33](#), [DL 857/69](#) e [compilação sobre normas sobre “moeda de pagamento”](#)

- Sobre o funcionamento do Padrão Ouro: Franco & Lago “O processo econômico” em Lilia Moritz Schwarcz. (Org.). A abertura para o mundo 1889-1930. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012 (com Luiz Aranha Correa do Lago)

2. O ordenamento cambial e moeda “inconvertível” durante a Depressão e no sistema de Bretton Woods: centralização e controles nos anos 1930-62. Lei 4.131 e modificações, o

“registro” de capital estrangeiro, e a evolução do regime de controles cambiais. A liberalização nos anos 1990, o flutuante e as CC5, controvérsias recentes, a adoção do Artigo VIII, a polêmica sobre conversibilidade, o conflito de esferas regulatórias e a busca de identidade da nova regulamentação cambial.

-G. H. B. Franco & D. M. Pinho Neto [“A desregulamentação da conta de capitais: limitações macroeconômicas e regulatórias”](#) Preparado para o seminário [“Aprimorando o mercado de câmbio brasileiro”, promovido pela Bolsa de Mercadorias e Futuros \(BM & F\), São Paulo, 4 de dezembro de 2003”](#) (versão condensada)

-[Banco Central do Brasil. “O Regime Cambial Brasileiro: Evolução e Perspectivas” \[a cartilha\]](#) Diretoria de Assuntos Internacionais, Brasília, Banco Central do Brasil, 1993. (#)

-Gomes de Souza, Renato A. (2007) *Câmbio: dos controles rígidos à liberalização* Rio de Janeiro, Editora Renovar. Ou Siqueira, Geraldo M. (2016) *Câmbio e capitais internacionais: o relacionamento financeiro do Brasil com o exterior* São Paulo, Aduaneiras.

-Van Der Laan, Cesar; Cunha, André Moreira & Fonseca, Pedro Cezar Dutra (2012) “Os pilares institucionais da política cambial e a industrialização nos anos 1930” *Revista de Economia Política* 32 (4) outubro-dezembro.

-Legislação: Decreto 23.238/33, [Lei 4.131/62](#), [Lei 4.390/65](#), DL 55.670/65, legislação cambial compilada, cronologia em Cavalcanti, Banco Central do Brasil. Handout sobre a [Construção dos controles](#) e sobre a [Liberalização e seus descontentes](#)

3. A evolução das instituições monetárias: da SUMOC ao Banco Central. Impasses e soluções, Lei 4.595/64, o BC e o CMN. Versão original (projeto Correa e Castro), tramitação, substitutivos e alterações posteriores.

-[Depoimento Mailson da Nóbrega sobre a abolição da “conta movimento”](#)

-[Gustavo Loyola “CMN não é Congresso” \(O Estado de São Paulo, 29/9/2004\) e outros artigos no “site” sobre o assunto.](#)

-[Roberto Campos. *Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1994. Cap. 11: seções 3.3 \(“A criação do Banco Central”\) \(*\) e 3.4 \(“Banco Central, uma questão de cultura”\) pp. 661-674.](#)

-Ary Cesar Minella (1988) *Banqueiros: organização e poder político no Brasil* Rio de Janeiro, Espaço Tempo Editora e ANPOCS.

-Handouts sobre a história do BC: [Da SUMOC à lei 4.595](#) e [A Constituição e o BC em tempos recentes](#).

-Legislação: DL 7.293/45, Lei 4.595 (versão atualizada e versão original com histórico remissivo, ambas em <http://www.bcb.gov.br/?LEIS>), e [extrato da Lei 9.069/95. Projeto Correa e Castro \(PL 104\)](#) e substitutivos diversos (Faraco, Nogueira da Gama, destaque para o [substitutivo Pasqualini com justificativa](#)), PL 15/63 (Santiago Dantas, substitutivo Ulysses Guimarães)

4.1. Desconstrução monetária. Usura, usura real, crédito direcionado. Validade da Lei da Usura (22.262/33), anatocismo, juros “abusivos”. Controvérsia dos 12% e trancamento do Art. 192.

-Mario H Simonsen *30 Anos de Indexação* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1995. Cap. 1 (A Lei da Usura e a proibição da cláusula ouro)

-G. H. B. Franco (2016) *A Moeda e a Lei: um ensaio sobre a história monetária do Brasil, 1933-*

2013. (no prelo) [Capítulo 6](#), seção 6.1.

-Fernando Gasparian A luta contra a Usura: o limite constitucional dos juros anuais de 12% está em vigor São Paulo, Editora Graal

-Fabiano Jantalia Juros bancários São Paulo, Atlas, 2012, Cap. 8. (jurisprudência)

[-Mailson da Nóbrega "O futuro chegou: instituições e desenvolvimento no Brasil" cap. 12 A luta pela modernização institucional das finanças públicas". Rio de Janeiro, Editora Globo.](#)

4.2. Inflação e “desconstrução monetária”: a correção monetária como “separação” das funções da moeda. Racionalização jurídica da correção monetária: nominalismo vs. “valorismo”. Dívida de valor vs. Dívida em dinheiro.

[-Gilberto de Ulhôa Canto “A correção monetária e o poder liberatório do cruzeiro” em Gilberto de Ulhôa Canto & Ives Gandra da Silva Martins \(coordenadores\) A correção monetária no direito brasileiro Rio de Janeiro, Editora Saraiva, 1983.](#)

-Julian Chacel, M. H. Simonsen & Arnaldo Wald A correção monetária Rio de Janeiro APEC, 1974. Cap. 3 “Tentativas preliminares de neutralizar a inflação”

-Marcos Cavalcanti de Oliveira. Moeda, juros e instituições financeiras: regime jurídico. Rio de Janeiro, GEN-Forense, 2ª. Edição, 2009, cap. XIII “Indexação”, pp. 303-318 (#).

- [O Mercador de Veneza - William Shakespeare. Disponível em filme \(Al Pacino, Jeremy Irons\).](#) A respeito ver José R. Castro Neves "Medida por Medida: o direito em Shakespeare" Cap. IX O abuso de direito.

[-Donna Kish-Goodling "Using the Merchant of Venice in teaching monetary economics" Journal of Economic Education fall 1998.](#)

5. “Pacotões” heterodoxos e reformas monetárias desde 1986: Cruzado, Bresser, verão, Collor1 e Collor2. Mudanças de padrão monetário, conversões de contratos, salários, tributos, demonstrações financeiras e seus fundamentos. Expurgos e direitos adquiridos: tablitais, conversões pela média, novos índices e as bases jurídicas dos planos heterodoxos.

Marcos Cavalcanti de Oliveira. Moeda, juros e instituições financeiras: regime jurídico. Rio de Janeiro, GEN-Forense, 2ª. Edição, 2009, cap. X “As experiências dos planos econômicos antes do Real”, pp. 219-265.

[Compilação de leis principais dos diferentes planos heterodoxos: DL 2.284-86 \(Cruzado\), DL 2.335-87 \(Bresser\), Lei 7.730-89 \(Verão\), Lei 8.024-90 e 9.030-90 \(Collor 1\) e Leis 8.177-91 e 8.178-91 \(Collor 2\)](#)

6.1. Ideias locais sobre reforma monetária: moeda indexada e conselho da moeda.

-G. H. B. Franco (2016) A Moeda e a Lei: um ensaio sobre a história monetária do Brasil, 1933-2013. (no prelo) Capítulo 8. Seção 8.2

[-Lara-Rezende, André \(1992\) “O Conselho da Moeda: um órgão emissor independente” Revista de Economia Política 12 \(4\) n. 48, outubro-dezembro.](#)

[-G. H. B. Franco “O milagre do *rentenmark*: uma experiência bem-sucedida com moeda indexada” Revista Brasileira de Economia vol. 43 \(3\) julho/setembro, 1989.](#)

[-Rosa Lastra "International financial and monetary law" 2a. ed, Oxford University Press: Cap 2 item H, "Currency Boards" \(221-242\)](#)

6.2. Plano Real, construção da URV como reintegração das funções da moeda, a reconstrução do nominalismo (mitigado) e a “desindexação”. A polêmica em torno do Artigo 38.

[-G. H. B. Franco “Plano Real e a URV: fundamentos da reforma monetária de 1993-94” em O Plano Real e outros ensaios Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1995. Apenas seções 2.1 até 2.6 e 2.9](#)

-G. H. B. Franco. “The Real Plan and the Exchange Rate” Essays in International Finance 217, April 2000. Apenas Seção 2 “The measurement of exchange rates”.

-Marcos Cavalcanti de Oliveira. Moeda, juros e instituições financeiras: regime jurídico. Rio de Janeiro, GEN-Forense, 2ª. Edição, 2009, cap. XI “O Plano Real”, pp. 219-265. (#)

-Cartilhas e manuais explicativos sobre o Artigo 38.

[-Lei 8.880/94 \(URV\)](#), [Lei 9.049/95 \(Real\)](#) e [Lei 10.192/01 \(Desindexação\)](#). (#)

6.3. Independência e boa governança da moeda. Organização institucional da moeda no sec. XXI. O fim do papel, moedas digitais, “Moeda pública”.

[-G. H. B. Franco \(2016\) A Moeda e a Lei: um ensaio sobre a história monetária do Brasil, 1933-2013. \(no prelo\) Capítulo 9. \(#\)](#)

-Eijffinger, Sylvester C. W. & De Haan, Jacob (1996) “The political economy of central bank independence” Special Papers in International Economics n. 19, Maio.

-C. Goodhart, F. Capie e N. Schnadt (1994) “The development of central banking” em Forrest Capie *et al.* (orgs.) The future of central banking: the tercentenary symposium of the Bank of England Cambridge, Cambridge University Press.

-Crowe, Christopher & Meade, Ellen E. (2007) “The evolution of central bank governance around the world” Journal of Economic Perspectives 21(4) Fall. (#)

-Douglas Holmes (2014) Economy of words: communicative imperatives in Central Banks Chicago, The University of Chicago Press.